

# CFESS Manifesta

“Quem vai pagar a conta dos acordos sobre o diesel?”



CFESS  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), 5 de junho de 2018  
Gestão É de batalhas que se vive a vida!

[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)

EDUCAÇÃO

POLÍTICAS  
SOCIAIS

SAÚDE

DIESEL

ESGOTADO

ESGOTADO

ESGOTADO

# QUEM VAI PAGAR ESSA CONTA?

O orçamento das políticas sociais mais uma vez foi alvo de cortes pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Com o objetivo de encerrar a greve dos caminhoneiros, que “paralisou” o país nas duas últimas semanas e explicitou mais uma vez a vulnerabilidade do governo Temer, no último dia 31 de maio, o governo anunciou a Medida Provisória nº 839, que estabelece subsídios fiscais de R\$ 9,58 bilhões ao óleo diesel no país.

Na tentativa desesperada de pôr fim à paralisação, Temer fez uso de ameaças de utilização de forças militares para repressão às manifestações, que tinham como marco o descontentamento com a política de preços que beneficia acionistas estrangeiros e onera os/as trabalhadores/

as, como a principal reivindicação de redução de preços do combustível, para além de outras pautas de natureza heterogênea e contradições próprias das lutas coletivas. O governo buscou ainda creditar à greve as já existentes barreiras de acesso aos serviços de saúde, educação e transporte, para citar alguns exemplos, e, mais uma vez, disparou medidas de ataques aos/as trabalhadores/as. A manobra responde aos interesses do capital no momento de crise e cumpre o papel de tentar deslegitimar as greves e mobilizações como instrumentos de defesa de direitos de trabalhadores/as, transformando-as em fonte de ônus para a classe.

Uma das "soluções" propostas se traduz em mais cortes em programas sociais e na desoneração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incidiam sobre o valor do óleo diesel e da gasolina. O PIS e a Cofins são contribuições sociais basilares para o financiamento da política de trabalho e da seguridade social. Ao renunciar ao recolhimento desses tributos, haverá um impacto direto no orçamento das políticas sociais, que afetará, a curto prazo, a prestação de serviços sociais e, portanto, o bem-estar da população e a concretização de direitos sociais, onerando mais a classe trabalhadora em favor do capital.

Além dessas desonerações, o governo cortou R\$ 3,4 bilhões de programas sociais, especialmente voltados para saúde e educação. Importante destacar que a política de educação teve um corte de R\$ 55 milhões, que seriam destinados ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). Já a política de saúde teve seu orçamento reduzido em R\$ 179 milhões, os quais seriam destinados, inicialmente, ao programa de fortalecimento do SUS, área que visa à melhoria da estrutura e qualidade dos serviços de saúde. Além dessas políticas, houve também cortes nas políticas sociais para juventude e para prevenção da violência contra mulher.

Importante sublinhar que, ao mesmo tempo em que opera tais cortes, o governo Temer se mantém comprometido com o financiamento de entidades privadas, a exemplo do repasse de mais de 87 milhões de reais para as comunidades terapêuticas.

A disputa pelo fundo público destinado às políticas sociais tem se intensificado e, nesse processo, é notável a sua apropriação pelas

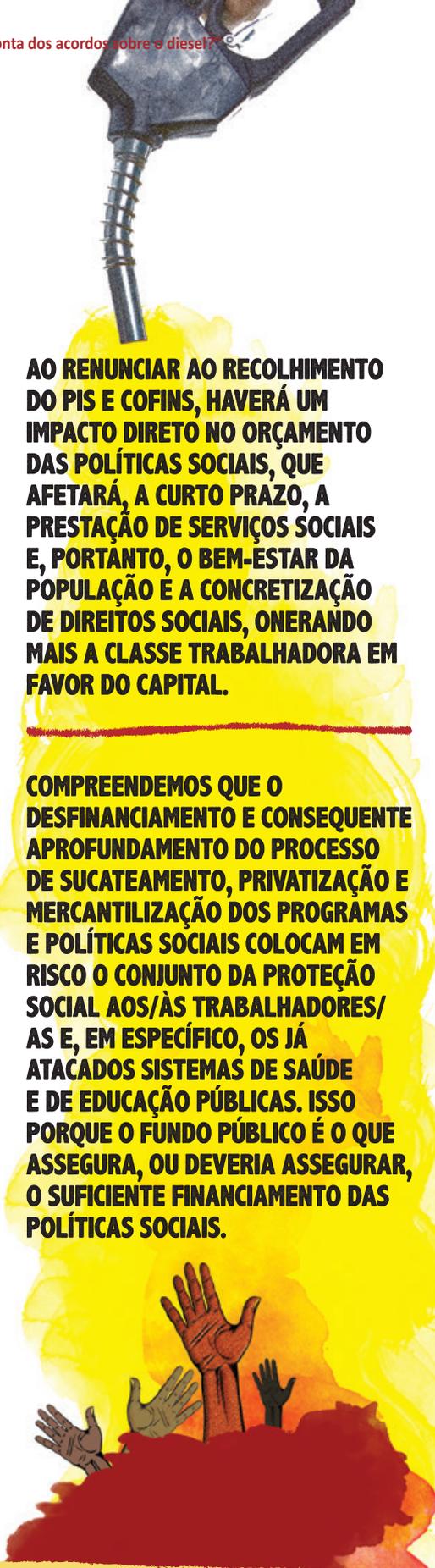
**AO RENUNCIAR AO RECOLHIMENTO DO PIS E COFINS, HAVERÁ UM IMPACTO DIRETO NO ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS, QUE AFETARÁ, A CURTO PRAZO, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS E, PORTANTO, O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO E A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS, ONERANDO MAIS A CLASSE TRABALHADORA EM FAVOR DO CAPITAL.**

**COMPREENDEMOS QUE O DESFINANCIAMENTO E CONSEQUENTE APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE SUCATEAMENTO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E POLÍTICAS SOCIAIS COLOCAM EM RISCO O CONJUNTO DA PROTEÇÃO SOCIAL AOS/ÀS TRABALHADORES/AS E, EM ESPECÍFICO, OS JÁ ATACADOS SISTEMAS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO PÚBLICAS. ISSO PORQUE O FUNDO PÚBLICO É O QUE ASSEGURA, OU DEVERIA ASSEGURAR, O SUFICIENTE FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.**

classes dominantes, em prol da acumulação de capital, das mais variadas maneiras: por meio do pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que consiste em transferência de recursos para o capital financeiro; da Desvinculação das Receitas da União (DRU); das renúncias tributárias a empresas privadas e de uma série de contrarreformas que estão sendo implementadas no atual governo. Todas essas ações contribuem para o desfinanciamento das políticas sociais, com destaque para a Emenda Constitucional nº 95, que estabelece um novo regime fiscal, instituindo uma regra para as despesas primárias do governo federal, com duração de 20 anos. O gasto primário do governo federal fica limitado por um teto definido pelo montante gasto no ano anterior, reajustado pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Logo, esse novo regime de "austeridade" implica em um congelamento dos gastos sociais, bastante prejudicial à classe trabalhadora brasileira.

Compreendemos que o desfinanciamento e consequente aprofundamento do processo de sucateamento, privatização e mercantilização dos programas e políticas sociais colocam em risco o conjunto da proteção social aos/as trabalhadores/as e, em específico, os já atacados sistemas de saúde e de educação públicas. Isso porque o fundo público é o que assegura, ou deveria assegurar, o suficiente financiamento das políticas sociais. Contudo, historicamente vem sendo usado pelos governos brasileiros, para subsidiar e garantir a retomada de lucratividade do capital em seus períodos de crise. A conta da crise tem recaído sobre a classe trabalhadora, submetida a condições de vida e trabalho cada vez piores, agravadas pelo alto custo de vida, pelos cortes de recursos orçamentários para as políticas sociais e por propostas de contrarreformas que restringem direitos e acesso às políticas sociais. É necessário afirmar que os trabalhadores e trabalhadoras não podem ser responsabilizados/as pela crise econômica, social e política aprofundada pelo governo Temer.

A saída está nas ruas, na mobilização, resistência e luta da classe trabalhadora, de modo a colocar em pauta a importância do fundo público para a garantia de direitos sociais e a considerar o orçamento público como um espaço de luta política, que é expressão da luta de classes. Nossa escolha é a resistência! Somos Classe Trabalhadora!



## Gestão É de Batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

**Presidente** Josiane Soares Santos (SE)  
**Vice-presidente** Daniela Neves (RN)  
**1ª Secretária** Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)  
**2ª Secretária** Daniela Möller (PR)  
**1ª Tesoureira** Cheila Queiroz (BA)  
**2ª Tesoureira** Elaine Pelaez (RJ)

**Conselho Fiscal**  
 Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

**Suplentes**  
 Solange da Silva Moreira (RJ)  
 Daniela Ribeiro Castilho (PA)  
 Régia Prado (CE)  
 Magali Régis Franz (SC)  
 Lylia Rojas (AL)  
 Mauricleia Santos (SP)  
 Joseane Couri (DF)  
 Neimy Batista da Silva (GO)  
 Jane de Souza Nagaoka (AM)

**CFESS MANIFESTA**  
 "Quem vai pagar a conta dos acordos sobre o diesel?"

**Conteúdo (aprovado pela diretoria):**  
 Elaine Pelaez e Joseane Couri

**Organização:** Comissão de Comunicação

**Revisão:** Diogo Adjuto

**Diagramação e ilustrações:** Rafael Werkema



**CFESS**  
**CONSELHO FEDERAL**  
**DE SERVIÇO SOCIAL**  
**NOSSO ENDEREÇO**  
 SCS Quadra 2, Bloco C, Edf.  
 Serra Dourada, Salas 312-318.  
 CEP: 70300-902 - Brasília - DF  
 Fone: (61) 3223-1652  
 comunicacao@cfess.org.br  
 cfess@cfess.org.br  
 www.cfess.org.br